

ANEXO 06

FUNCIONAMENTO DA CONTA DE RESERVA DE OUTORGA

ANEXO 06
FUNCIONAMENTO DA CONTA DE RESERVA DE OUTORGA

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/2020

**CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO,
AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO INTEGRANTE
DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL**

Anexo – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

[●], 2020

ESTADO DE SÃO PAULO

ARTESP

[CONCESSIONÁRIA]

[BANCO DEPOSITÁRIO]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS – CONTA
DE RESERVA DE OUTORGA**

referente à Concessão Aeroportuária do Bloco [Noroeste/ Sudeste]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS¹

Pelo presente Instrumento Particular de CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS – CONTA DE RESERVA DE OUTORGA ("**CONTRATO**"), as PARTES:

(1) O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado pela Secretaria [●], ("**ESTADO DE SÃO PAULO**");

(2) A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP), inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001- 91, com sede na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, por seu Diretor Geral, Sr. [●], portador do RG nº [●] e CPF nº [●] ("**ARTESP**");

(3) [●] ("**CONCESSIONÁRIA**");

e, na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das contas objeto do presente CONTRATO,

(4) [●] ("**BANCO DEPOSITÁRIO**" e, em conjunto com o ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, as "**PARTES**" e, individual e indistintamente, "**PARTE**");

CONSIDERANDO QUE:

(A) o ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela ARTESP, e a CONCESSIONÁRIA celebraram o CONTRATO ARTESP nº [●], com data de [●] (o "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), referente à operação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO Bloco [●], conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO;

(B) nos termos da Cláusula [●] do CONTRATO DE CONCESSÃO, os valores decorrentes da OUTORGA FIXA e da OUTORGA VARIÁVEL devem ser vertidos para a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA (conforme definido abaixo), cuja movimentação será regulada por meio do presente instrumento;

(C) as PARTES concordam em assinar o presente CONTRATO, com o objetivo de regular as movimentações da CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, nos termos deste CONTRATO;

RESOLVEM as PARTES firmar o presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

¹ Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas PARTES, quando da celebração deste CONTRATO, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento das contas bancárias aqui disciplinado sejam atendidas de forma adequada.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o CONTRATO DE CONCESSÃO. Além disso, os termos a seguir serão compreendidos de acordo com os respectivos significados conforme especificado abaixo:

- i. **"Agente"** – significa o representante do conjunto de FINANCIADORES, tais como o banco líder ou coordenador, ou terceiro indicado pelos FINANCIADORES, inclusive AGENTE fiduciário, perante a ARTESP e o ESTADO DE SÃO PAULO, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos Contratos de Financiamento e conforme o Acordo Tripartite, se celebrado.
- ii. **"Banco Depositário"** – é o AGENTE financeiro revestido de poderes para realizar a movimentação de recursos e administração das contas bancárias de que trata o presente Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas, selecionado pelas PARTES e remunerado pela CONCESSIONÁRIA.
- iii. **"Comunicado de Desembolso"** – documento enviado pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO indicando o valor a ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO CONCESSIONÁRIA ou outra a ser oportunamente indicada.
- iv. **"Conta Centralizadora"** – significa a conta corrente nº [●], de titularidade da CONCESSIONÁRIA na agência [●] do [banco].
- v. **"Conta de Livre Movimentação ARTESP"** – significa a conta corrente nº [●], de titularidade da ARTESP, na agência [●] do [banco].
- vi. **"Conta de Livre Movimentação Concessionária"** – significa a conta corrente nº [●], de titularidade CONCESSIONÁRIA na agência [●] do [banco].
- vii. **"Conta Reserva de Outorga"** – significa a conta corrente disciplinada no Anexo [●].
- viii. **"Contratos de Financiamento"** – significa os CONTRATOS e instrumentos de financiamento que venham a ser celebrados entre os FINANCIADORES e a CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de financiar os serviços indicados no CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme venham a ser aprovados pelo ESTADO DE SÃO PAULO.
- ix. **"Documentos da Concessão"** – significa, quando referidos em conjunto, a totalidade dos documentos celebrados com o ESTADO DE SÃO PAULO relacionados com a Concessão, incluindo, mas não se limitando ao presente CONTRATO, o CONTRATO DE CONCESSÃO e, caso celebrado, o Acordo Tripartite, juntamente com todos os documentos anexos e acessórios aos referidos instrumentos.
- x. **"Financiadores"** – tem o significado atribuído no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- xi. **"Investimentos Permitidos"** – significa os seguintes ativos: [●], devendo tais ativos serem administrados por instituição financeira de primeira linha.
- xii. **"Saldo Base"** - R\$ [●], na data base de [●], atualizado anualmente pelo IPCA/IBGE.

1.2. Nenhuma das cláusulas do presente CONTRATO altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao ESTADO DE SÃO PAULO e a ARTESP, tal como estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

2. CONTA DE RESERVA DE OUTORGA

- 2.1.** O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato, outorga ao BANCO DEPOSITÁRIO todas as autorizações necessárias para movimentar a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, respeitando sempre os termos dos COMUNICADOS DE DESEMBOLSO e NOTIFICAÇÕES ANUAIS.
- 2.2.** Para os fins deste CONTRATO, o ESTADO DE SÃO PAULO renuncia ao direito de sigilo bancário em relação às informações da CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, de acordo com o artigo 1º, §3º, inciso V, da Lei Complementar nº 105/2001, autorizando o BANCO DEPOSITÁRIO a divulgar as informações relacionadas com a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA a ARTESP.
- 2.3.** Sempre que solicitado pela ARTESP e/ou pelo ESTADO DE SÃO PAULO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações sobre a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.

3. FUNCIONAMENTO DA CONTA DE RESERVA DE OUTORGA

- 3.1.** A CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, deverá concentrar todos os valores referentes a OUTORGA FIXA e a todas as parcelas da OUTORGA VARIÁVEL para fins da realização de desembolsos de valores determinados pelo ESTADO DE SÃO PAULO ou pela ARTESP, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 3.2.** O valor referente à OUTORGA FIXA já foi devidamente depositado pela CONCESSIONÁRIA em [●].
- 3.3.** O valor das parcelas da OUTORGA VARIÁVEL será periodicamente transferido da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.
- 3.4.** A CONTA DE RESERVA DE OUTORGA será movimentada apenas nas seguintes hipóteses:
- 3.2.1.** Mediante apresentação, pela ARTESP, dos COMUNICADOS DE DESEMBOLSO.
 - 3.2.1.1.** Os valores indicados no COMUNICADO DE DESEMBOLSO deverão ser destinados ao pagamento de pleitos de reequilíbrios econômico-financeiros devidamente autorizados pelo ESTADO DE SÃO PAULO, após devido processo administrativo, e serão transferidos para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO CONCESSIONÁRIA ou outra indicada no COMUNICADO DE DESEMBOLSO.
 - 3.2.2.** Mediante apresentação, pela ARTESP, das NOTIFICAÇÕES ANUAIS.
 - 3.2.2.1.** As NOTIFICAÇÕES ANUAIS serão apresentadas uma vez por ano, sempre no mês de aniversário do CONTRATO DE CONCESSÃO, para liberação de, no máximo, o valor da diferença entre o saldo verificado na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA e o SALDO BASE.
 - 3.2.2.2.** Os valores mencionados na Cláusula acima deverão ser transferidos à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO ARTESP ou outra a ser indicada na NOTIFICAÇÃO ANUAL.

- 3.5.** Quando do recebimento do COMUNICADO DE DESEMBOLSO ou da NOTIFICAÇÃO ANUAL, o

BANCO DEPOSITÁRIO terá até 2 (dois) dias úteis para realizar as respectivas transferências.

- 3.6. As PARTES concordam que o ESTADO DE SÃO PAULO, poderá solicitar a aplicação dos valores depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA em INVESTIMENTOS PERMITIDOS, desde que tais valores não estejam programados para transferência nos termos deste CONTRATO.
- 3.7. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar ao ESTADO DE SÃO PAULO e à ARTESP, no primeiro mês de cada ano da CONCESSÃO, informações sobre a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.
- 3.8. Sempre que as PARTES solicitarem as informações previstas na Cláusula 3.7, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviá-las, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 3.9. A CONTA DE RESERVA DE OUTORGA será movimentada exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com as regras estabelecidas neste CONTRATO, nos COMUNICADOS DE DESEMBOLSO e nas NOTIFICAÇÕES ANUAIS.

4. INVESTIMENTOS PERMITIDOS

- 4.1. As PARTES concordam que o ESTADO DE SÃO PAULO poderá solicitar a aplicação dos valores depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA em INVESTIMENTOS PERMITIDOS com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no regramento relacionado à CONTA DE RESERVA DE OUTORGA.
- 4.2. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da respectiva CONTA DE RESERVA DE OUTORGA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 4.3. As PARTES isentam o BANCO DEPOSITÁRIO de qualquer responsabilidade caso o saldo disponível na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA não seja aplicado por ausência de envio de solicitação pelo ESTADO DE SÃO PAULO.
- 4.4. O BANCO DEPOSITÁRIO não agirá na qualidade de consultor financeiro das demais PARTES.
- 4.5. Os recursos depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA somente poderão ser investidos em INVESTIMENTOS PERMITIDOS caso tais investimentos estejam estritamente de acordo com os termos dispostos neste CONTRATO.
- 4.6. A aplicação em INVESTIMENTOS PERMITIDOS somente será realizada no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da respectiva solicitação enviada pelo ESTADO DE SÃO PAULO, na qualidade de titular da conta, desde que os recursos estejam disponíveis na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA.
- 4.7. As autorizações para realização e resgate de INVESTIMENTOS PERMITIDOS deverão ser realizadas mediante envio de solicitação à gerência responsável do BANCO DEPOSITÁRIO, por meio do endereço eletrônico [●].

5. DA CONCESSIONÁRIA

5.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- i. Remunerar o BANCO DEPOSITÁRIO pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO no valor de [●].
- ii. Arcar com todos os encargos e taxas para garantir a manutenção da CONTA DE RESERVA DE OUTORGA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1. O BANCO DEPOSITÁRIO declara que:

- i. a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA foi devidamente aberta de acordo com as normas específicas, estando aptas para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO.
- ii. é instituição financeira devidamente constituída e autorizada a funcionar de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- iii. tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados, tendo todas as autorizações regulatórias para prática dos atos previstos neste CONTRATO;
- iv. foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- v. a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e
- vi. as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

7. DO BANCO DEPOSITÁRIO

7.1. Por meio deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO é nomeado para prestar os serviços de custódia de recursos financeiros depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, sendo o único e exclusivo responsável pela movimentação dos recursos mantidos na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, em estrita obediência ao disposto neste CONTRATO.

7.1.1. O BANCO DEPOSITÁRIO poderá renunciar livremente ao exercício de suas funções, mediante simples notificação ao ESTADO DE SÃO PAULO e à CONCESSIONÁRIA, a ser entregue com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua efetiva exoneração, permanecendo investido de todas as atribuições inerentes à custódia dos recursos financeiros depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, até a sua efetiva substituição.

7.1.2. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO renuncie ao exercício de suas funções antes do término de vigência deste CONTRATO, caberá à CONCESSIONÁRIA, com consentimento do ESTADO DE SÃO PAULO, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de renúncia, contratar outra instituição financeira, permanecendo o BANCO DEPOSITÁRIO no exercício de suas atribuições até o encerramento do prazo mencionado na cláusula acima ou a sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

7.2. A efetiva substituição mencionada na Cláusula acima ocorrerá pela assinatura de termo aditivo pelo qual o BANCO DEPOSITÁRIO cederá sua posição contratual, ficando a nova instituição financeira investida em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do BANCO DEPOSITÁRIO no âmbito do presente CONTRATO.

7.2.1. Em 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do aditivo contratual de que trata a Cláusula acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá resgatar a totalidade dos valores investidos, nos termos dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, e transferir todo o saldo existente na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA para conta a ser indicada.

7.3. Sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá:

- i. atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, todas

as ordens do ESTADO DE SÃO PAULO que estejam amparadas pelos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, devendo, inclusive, (a) nas hipóteses previstas neste CONTRATO, bloquear a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA; e (b) transferir recursos da CONTA DE RESERVA DE OUTORGA, na forma prevista neste CONTRATO;

- ii. zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste CONTRATO e observar, em sua execução, as disposições deste CONTRATO; e
- iii. permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição até a celebração de respectivo aditamento ao presente CONTRATO.

8. VIGÊNCIA

8.1. Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a DATA DE ENCERRAMENTO.

8.1.1. As PARTES concordam que, não obstante o disposto na Cláusula 8.1 acima, enquanto o BANCO DEPOSITÁRIO não for devidamente notificado sobre a DATA DE ENCERRAMENTO, a remuneração prevista neste CONTRATO continuará sendo devida.

8.1.2. Após a DATA DE ENCERRAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá resgatar a totalidade dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS e transferir todo o saldo existente na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA para conta a ser indicada e, uma vez que o saldo da CONTA DE RESERVA DE OUTORGA esteja zerado, a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA será automaticamente encerrada, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

8.1.3. As PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO tem o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para iniciar a operacionalização deste CONTRATO, contado da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber a sua via assinada deste CONTRATO e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.

8.2. A vigência deste CONTRATO está vinculada à vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO.

9. PENALIDADES

9.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso deixe de cumprir qualquer disposição do presente CONTRATO na forma e/ou no prazo aqui estabelecido, estará sujeita ao pagamento das perdas e e/ou danos eventualmente incorridos pelas demais PARTES.

9.2. As PARTES concordam que as penalidades previstas nesta Cláusula poderão ser exigidas independente e sem prejuízo das demais penalidades previstas nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.

9.3. A exigência de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula não impede a PARTE prejudicada de exigir o cumprimento da obrigação descumprida ou isenta a CONCESSIONÁRIA do cumprimento de tal obrigação.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As PARTES concordam de forma irrevogável e irretroatável que:

- i. este CONTRATO expressamente dispõe sobre todas as atribuições do BANCO DEPOSITÁRIO com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este CONTRATO;
- ii. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável, salvo por dolo devidamente comprovado, por quaisquer prejuízos, obrigações, reivindicações, ações, danos e despesas, inclusive

honorários advocatícios e desembolsos razoáveis, oriundos de ou relacionados a este CONTRATO;

- iii. o BANCO DEPOSITÁRIO é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por autoridade judicial que afetem a CONTA DE RESERVA DE OUTORGA;
- iv. o BANCO DEPOSITÁRIO terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme previsto neste CONTRATO, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação;
- v. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável perante qualquer das PARTES em virtude do cumprimento dos referidos mandados, sentenças ou decisões judiciais, não obstante estes mandados, sentenças ou decisões judiciais sejam posteriormente alterados, revogados ou anulados;
- vi. o BANCO DEPOSITÁRIO não presta qualquer declaração quanto à validade, valor ou autenticidade de qualquer documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;
- vii. a CONCESSIONÁRIA pagará ou reembolsará o BANCO DEPOSITÁRIO, mediante solicitação, de quaisquer tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a operacionalização deste CONTRATO, bem como indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO de quaisquer valores que este seja obrigado a pagar no tocante a referidos tributos, desde que devidamente comprovados;
- viii. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;
- ix. o BANCO DEPOSITÁRIO não está obrigado a verificar a veracidade das notificações que lhe forem entregues pelas demais PARTES e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- x. o BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste CONTRATO;
- xi. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável se os valores depositados na CONTA DE RESERVA DE OUTORGA forem bloqueados por ordem judicial; e
- xii. o BANCO DEPOSITÁRIO não terá responsabilidade em relação a qualquer outro instrumento celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o ESTADO DE SÃO PAULO, não devendo, sob nenhum pretexto ou fundamento, ser chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as PARTES ou intérprete das condições ali estabelecidas.

10.2. O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores.

10.3. As disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO complementam o presente CONTRATO para efeito de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados.

10.4. Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer Cláusula do presente CONTRATO, a PARTE prejudicada poderá exigir da PARTE inadimplente, se cabível, a execução específica da obrigação devida.

- 10.5.** Qualquer alteração ao presente CONTRATO só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as PARTES ou seus sucessores
- 10.6.** Os direitos de cada PARTE previstos neste CONTRATO (I) são cumulativos com outros direitos previstos em lei e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO; e (II) só admitem renúncia específica e por escrito.
- 10.7.** O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente CONTRATO não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.
- 10.8.** A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais Cláusulas não afetará as demais disposições do presente CONTRATO.
- 10.9.** Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada inválida e/ou ineficaz, as PARTES deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos.
- 10.10.** As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES nos termos deste CONTRATO deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
- a. Se para o ESTADO DE SÃO PAULO: [•]
 - b. Se para a ARTESP: [•]
 - c. Se para a CONCESSIONÁRIA: [•]
 - d. Se para o BANCO DEPOSITÁRIO: [•]
- 10.10.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima.
- 10.10.2.** As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias após o envio da mensagem.
- 10.10.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais PARTES pela PARTE que tiver seu endereço alterado, em até 3 (três) dias contados da sua ocorrência.
- 10.11.** Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste CONTRATO sem anuência das demais PARTES, ressalvada as hipóteses de o BANCO DEPOSITÁRIO ceder total ou parcialmente seus direitos à empresa pertencente ao seu conglomerado econômico e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste CONTRATO.
- 10.12.** O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela PARTE definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 10.13.** Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

Anexo – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

10.14. As PARTES elegem o foro da Comarca de [•], Estado de [•], para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO.

As PARTES firmam o presente CONTRATO em [•] ([•]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [•] de [•] de [•]

[Página de assinaturas a seguir]

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, celebrado em [•] de [•] de [•])

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela ARTESP

Por:

Nome:

Cargo:

CONCESSIONÁRIA

Por:

Nome:

Cargo:

BANCO DEPOSITÁRIO

Por:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:

RG nº:

CPF nº:

2.

Nome:

RG nº:

CPF nº: